



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 667/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- Processo TCE nº 2035/2012 (04 vols.).**
- 2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- Órgão:** Câmara Municipal de Beruri.
- 4- Exercício:** 2011.
- 5- Responsáveis:** Sr. José Francisco Pereira Veríssimo, Presidente da Câmara e Ordenador de Despesas, à época.
- 6- Unidade Técnica:** DICAMI – Informação nº 199/2014 (fls. 573/593).
- 7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1260/2014-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 594/604)
- 8- Relator:** Conselheiro Raimundo José Michiles.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Beruri. Exercício de 2011.

Acolhimento do Incidente de Inconstitucionalidade. Sobrestamento dos autos. Suscitação de ADPF.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo arts. 11, III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro e Relator, em **consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- ACOLHER o Incidente de Inconstitucionalidade proposto, relativamente ao § 7º, do artigo 34, da Lei Orgânica do Município de Beruri, por contrariar o disposto no § 7º, do artigo 57 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, razão pela qual, deve ser sobrestado o julgamento dos presentes autos;

9.2- SUSCITAR, junto ao Procurador Geral da República, a propositura de Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental do supracitado dispositivo da Lei Orgânica do Município de Beruri, por ser um dos legitimados, conforme o art. 103, VI, da CR/88 c/c o art. 2º, I, da Lei 9868, de 10 de novembro de 1999, comunicação esta que deverá ser feita, também, ao Procurador Geral de Justiça do Estado do Amazonas para o mesmo fim, uma vez que o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, alude a uma possível violação à Constituição Estadual, o que enseja o exercício da competência estabelecida no artigo 75, VII, da Constituição do Estado do Amazonas de 1989.

10- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 667/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Data da Sessão: 19 de novembro de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Júlio Cabral, Raimundo José Michiles, Julio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral